

Data: 26/05/2022

Veículo: Século Diário

Título: Professores e técnicos do Ifes sinalizam deflagração de greve

Link: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/professores-e-tecnicos-do-ifes-sinalizam-possibilidade-de-greve>



Professores e técnicos do Ifes sinalizam deflagração de greve

Em oito estados a greve nos institutos federais já foi aprovada. Clério Lucas afirma que, no Estado, o clima é de adesão

ELAINE DAL GOBBO

26/05/2022 18:03 | Atualizado 26/05/2022 18:49



Docentes e técnicos administrativos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) irão deliberar sobre a possibilidade de greve na próxima quinta-feira (1). Os servidores querem reposição das perdas salariais, que somam cerca de 20% somente no Governo Bolsonaro (PL); arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, que trata da reforma Administrativa; e revogação da Emenda Complementar 95, aprovada em 2017 e que congelou o investimento em políticas públicas por 20 anos.

Caso a greve seja aprovada, os servidores irão se unir aos professores e técnicos dos institutos federais dos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Alagoas, onde o movimento paredista já foi aprovado. O diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe Seção Sindical Ifes), Clério Lucas Guaitolini, afirma que o clima entre os trabalhadores é de adesão à greve.

Ele informa que os professores não têm reajuste salarial desde 2028, já os técnicos, desde 2017. Quanto à PEC 32, ele considera que se trata "da destruição do serviço público no Brasil". Uma das propostas, destaca, é contratar, para atuação no serviço público, profissionais por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou até mesmo através de Organizações Sociais (OS), em detrimento do concurso público. "O serviço público acaba virando agência de emprego para político corrupto contratar as pessoas que ele quiser", afirma.

Clério recorda que o ano passado foi marcado por manifestações contra a reforma Administrativa, que surtiram efeito, uma vez que a proposta não foi para o plenário. Entretanto, acredita que após as eleições a proposta pode ser colocada em votação, o que requer de todo o funcionalismo público uma mobilização constante.

Também faz parte do movimento um protesto em Brasília, que vai reunir todo o serviço público federal, já que as pautas são comuns entre as categorias. Nesse protesto, os servidores também marcarão posição contrária à **PEC 206/2019, que propõe cobrança de mensalidades dos alunos de universidades públicas.**

A proposta, de autoria do deputado federal General Peternelli (União-SP) entraria em pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados nessa terça-feira (24), mas foi adiada após repercussão negativa em todo o Brasil. Caso seja aprovada, a gratuidade seria mantida apenas para estudantes comprovadamente carentes. O texto enviado à CCJC prevê que essa definição seria feita por uma comissão de avaliação da própria universidade.